

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o primeiro número do décimo quarto volume da Revista Eletrônica E-civitas do Centro Universitário Uni-BH.

Começando pela temática da pandemia, no artigo “As consequências da pandemia da COVID-19 no direito de família”, Ariel Sousa Santos e Tanise Zago Thomasi discutem a possibilidade de aplicação de medidas excepcionais dentro do Direito de Família diante da situação calamitosa que aflige a sociedade e o reflexo da pandemia nas relações familiares de convivência.

Por sua vez, Helíssia Coimbra de Souza e Elísio Augusto Velloso Bastos no artigo “Abandono virtual: uma análise da segurança infanto-juvenil na era cibernética” realizam uma análise reflexiva frente ao cenário das múltiplas tecnologias que envolvem crianças e adolescentes. Os estímulos neurobiológicos desde o nascimento para a conectividade impactam os campos do direito eletrônico, tanto nas bases educativas e preventivas, quanto nas estratégias sistemáticas para elucidar ocorrências negativas em rede de modo efetivo e preservador da integridade da criança, reafirmando sempre a salvaguarda prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente para culminar em seu pleno desenvolvimento.



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XIV, número 1, julho de 2021 – ISSN: 1984-2716 – ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

No artigo “Redução da maioria penal: análise da eficácia da medida socioeducativa de internação de menores na Fundação Casa de São Paulo”, Otávio Morato de Andrade e Diego Molina examinam status atual da legislação sobre o acolhimento e a ressocialização do menor. O trabalho apresenta uma situação prática de aplicação das medidas socioeducativas, o atendimento ao menor na Fundação Casa de São Paulo, com o objetivo de refletir acerca da eficácia das medidas socioeducativas e da necessidade (ou não) de alteração na legislação para remover ou relativizar a inimizabilidade penal relativa aos menores de 18 e maiores de 16 anos.

Maria Angélica de Oliveira Santos Alves no artigo “O diálogo entre a técnica de julgamento estendido e os precedentes judiciais na busca pela segurança jurídica e celeridade processual” aponta as implicações da técnica de julgamento estendido na promoção da uniformização da jurisprudência e, conseqüentemente, da segurança jurídica e celeridade mediante a análise de como atuam os precedentes no Brasil.

No artigo “Urbanização brasileira e seus problemas criminológicos à luz da teoria dos sistemas “, Marcos Eugênio Vieira Melo analisa como se desenvolveu o urbanismo das grandes cidades, especialmente as brasileiras, em relação a exclusão de determinados grupos sociais do sistema jurídico-social. O autor utilizou-se as teorias criminológicas a partir da “virada sociológica” e da Escola de Chicago, principalmente as da associação diferencial e da subcultura, bem como a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann, para determinar como os indivíduos aprendem valores e normas de acordo com o ambiente que vivem e acabam criando subsistemas jurídicos diferentes, um em cada lugar da cidade (centro/periferia), cada um com suas expectativas particulares. Verificou-se, também, como a política criminal atua em relação a população dessas áreas excluídas e a sua função de controle e repressão dos comportamentos dos que lá habitam.



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XIV, número 1, julho de 2021 – ISSN: 1984-2716 – ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

Matheus Di Felippo Fabricio, no artigo “O IMPACTO DA LEI 851 DE 04 DE SETEMBRO DE 1850: Lei Eusébio de Queiroz e a consequência para alforrias em províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul”, analisa o impacto que a Lei Eusébio de Queiroz trouxe para as concessões de alforria aos escravos durante o período imperial, estabelecendo paralelos convergentes ou dissonantes entre as regiões analisadas e uma possível resposta para eventuais mudanças no período antes e depois da Lei de 1850.

No artigo “A responsabilidade civil ambiental e penal diante dos rompimentos das barragens de rejeitos de minérios em Mariana/MG e Brumadinho/MG”, Ariel Sousa Santos e Rayza Ribeiro Oliveira analisam a responsabilidade civil ambiental e penal das mineradoras causadoras do rompimento das barragens em Mariana/MG e Brumadinho/MG, em 2015 e 2019, constatando que o Brasil apresenta uma legislação que protege o meio ambiente, mas não é cumprida em sua totalidade.

Tamires Kock de Souza e Camila Leonardo Nandi de Albuquerque, no artigo “A investigação defensiva realizada pelo advogado e a teoria dos jogos no processo penal”, buscam demonstrar a regulamentação da investigação defensiva pelo Conselho Federal da OAB através do provimento 188 de 2018, bem como, analisar a legalidade da investigação defensiva conforme o disposto na Constituição Federal e identificar o vínculo e relação da investigação defensiva com a teoria dos jogos.

No artigo “O Direito Internacional dos Direitos Humanos sob a ótica do pensamento Descolonial”, Gabriel Pedro Moreira Damasceno e Kamilla Duarte de Oliva Damasceno buscam responder se, dentro da seara do Direito Internacional, a descolonialidade e a interculturalidade são pensamentos adequados para se proteger os direitos humanos dos sujeitos marginalizados.



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XIV, número 1, julho de 2021 – ISSN: 1984-2716 – ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

Márcio Barsanulfo da Silva, no artigo “O Supremo Tribunal Federal: entre a guarda da Constituição e o ativismo judicial no Brasil “ visa demonstrar que uma das consequências da hipertrofia do Supremo Tribunal Federal que é o ativismo judicial, o qual supostamente encontra suporte na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e se ratifica como expressão autêntica de uma democracia real, passando a atuar diretamente nas decisões políticas no Brasil, numa suposta busca de equilíbrio das instituições estatais na efetivação e manutenção do Estado Democrático de Direito.

No artigo “Judicialização da política, ativismo e discricionariedade judicial, com base na distinção entre regras, princípios e políticas públicas de Dworkin”, Fabio Henrique Gaudencio e Rafael Alem Mello Ferreira fazem uma análise através da pesquisa bibliográfica do fenômeno da judicialização da política, ativismo e discricionariedade judicial, com base na distinção entre regras, princípios e políticas públicas, traçada por Dworkin, concluindo que uma decisão constitucionalmente adequada também deve ser observada como um direito fundamental do cidadão.

Finalmente, Luiza Oliveira Almeida e Carolina Pinheiro Batista, no artigo “Aplicação do princípio da preservação da empresa e a efetivação dos direitos dos credores fiduciários na Recuperação Judicial”, propõem uma solução jurídica congruente com os institutos principiológicos e basilares que regem a Recuperação Judicial e que também mantenha a efervescência do sistema econômico-financeiro, harmonizando-se, assim, os direitos coletivos envolvidos.

Gostaríamos de agradecer a todos autores e avaliadores que viabilizaram a publicação de mais este número e convidamos aos demais pesquisadores da comunidade jurídica a contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento da nossa revista.

Fernanda Kallás e Caetano

Editora Geral da Revista E-Civitas



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XIV, número 1, julho de 2021 – ISSN: 1984-2716 – ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>